

Folha de S. Paulo

5/2/1985

Bode expiatório em Guariba

Cícero Junqueira Franco

O conceituado engenheiro agrônomo e fazendeiro Roberto Rodrigues fez extensa análise, publicada recentemente neste jornal, sobre a situação da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo e sua relação com os trabalhadores.

Buscou o prof. Rodrigues enumerar as causas dos problemas verificados no início deste ano em cidades da região de Ribeirão Preto. Nesse esforço, levanta inúmeras origens para a situação atual.

Sem dúvida, a ênfase que se estabeleceu para os setores secundário e terciário da economia brasileira nas últimas décadas, em detrimento da agricultura, trouxe consequências dramáticas para esta última atividade. Igualmente, a ausência total de uma política agrícola resultou em sérias dificuldades para o abastecimento interno.

No entanto, quando realiza o exame específico do setor canavieiro, o prof. Rodrigues incorre, no mínimo, em contradição. Afirmar, por exemplo, que o setor é um "oásis" no "desalentador panorama" da agricultura nacional não corresponde à realidade. O próprio articulista sente isto diretamente uma vez que é tradicional fornecedor de cana na região de Guariba. As margens achatadas com que convive a atividade, há muito tempo, significam, para inúmeras empresas do setor, luta constante para sua sobrevivência.

Assim, ao lado de observações muito acuradas — como a de que o setor canavieiro é o que oferece os "melhores empregos" da agricultura nacional, "com melhor remuneração e maior assistência social" —, o prof. Rodrigues comete ao menos uma injustiça. Ao arrolar o que classifica de "modificações indispensáveis", "simples e práticas", generaliza um suposto "propósito dos usineiros" no sentido de se reduzir o período da safra canavieira.

Ao contrário: inúmeras vezes a Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool (Sopral) e outras entidades fizeram chegar aos órgãos governamentais afetos ao setor proposição defendendo exatamente o oposto; ou seja, a extensão do período de safra da lavoura canavieira.

Com efeito, representantes da atividade colaboraram intensamente nos estudos com esse objetivo no âmbito da Secretaria de Tecnologia Industrial, órgão do Ministério da Indústria e Comércio, estudos esses mencionados no artigo do prof. Rodrigues.

Da mesma forma, os empresários do setor levaram às autoridades, me meados de 1984, trabalho desenvolvido pelos professores Bruce B. Johnson, Carlos A. Fenerich e Roland Fischmann, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, no qual se dava a fundamentação técnica, econômica e social, para propor "um aumento no período da safra" que permitisse "reduzir a sazonalidade da mão-de-obra, com benefícios para o trabalhador agrícola". O aludido documento demonstra a conveniência desta para o empresário, para o trabalhador rural e para a economia do País.

Igualmente, as lideranças do setor fizeram várias solicitações ao Instituto do Açúcar e do Alcool para a antecipação do início oficial das safras, tendo em vista o interesse econômico e social, com sacrifícios desprezíveis para a produtividade. Portanto, se há realmente uma intenção em reduzir o período da safra, ela não é consenso entre os empresários do setor.

Conhece o prof. Rodrigues como poucos a atividade, para ter plena ciência de que as soluções de aplicação imediata, apontadas em seu artigo, não foram ainda adotadas por todo o setor canavieiro por ausência absoluta de maior planejamento governamental.

A prática de plantio de culturas subsidiárias à cana em áreas de renovação de canaviais já é uma realidade em inúmeras regiões do Estado de São Paulo. No entanto, a plena disseminação da prática exige, com bem o notou o prof. Rodrigues, "ação governamental na sua difusão e na sua promoção via programas especiais de crédito". Reside aí outra contradição do artigo: "Estas e outras medidas — diz o prof. mais adiante — dependem apenas da decisão administrativa dos empresários canavieiros".

O próprio prof. Rodrigues é autor de proposta na qual enumera uma série de medidas que, aplicadas pelo governo, resultariam em ampliação da oferta de produtos alimentares no mercado interno. Essas medidas sem dúvida poderiam derivar em maior disseminação das práticas do cultivo consorciado ou intercalar de alimentos em canaviais, propiciando a absorção de maior contingente de trabalhadores rurais na entressafra da cana.

De qualquer forma, é absolutamente verdadeiro que o trabalhador na atividade canvieira é o "mais protegido", o "melhor remunerado" e "mais bem tratado a nível de regime jurídico" de todos os trabalhadores rurais brasileiros. Através de legislação de assistência social, as empresas do setor recolhem recursos que tornaram possíveis os "modernos e bem montados hospitais a serviço de trabalhadores rurais" em todas as regiões canvieiras do Estado, conforme menciona o artigo.

Por que, então, os conflitos têm ocorrido exatamente nas regiões de cana-de-açúcar? Há inúmeras razões, algumas delas apontadas no artigo do prof. Rodrigues. No caso específico do movimento ocorrido em janeiro em Guariba, ficou mais do que evidenciada a disputa de entidades de tendências diversas pela liderança dos trabalhadores.

De fato, com ou sem essas disputas, sabem os empresários do setor que as reivindicações dos trabalhadores devem ter canal de escoamento. O recente acordo entre a Federação da Agricultura no Estado de São Paulo (Faesp) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaesp) é demonstração de que o setor empresarial tem buscado dar dimensão adequada às questões colocadas pelos trabalhadores.

No entanto, não concordam os empresários da agroindústria canvieira que o setor seja eleito bode expiatório de todos os problemas crônicos da agricultura brasileira. E não poderia ser de outra forma: de nada adianta criar condições ótimas de trabalho na região de Ribeirão Preto, por exemplo, e permitir no restante do País uma situação de penúria.

A tarefa — e cidadão algum deste País a ela pode ficar alheio — é muito maior. O trabalhador rural necessita de uma legislação que abrigue as suas relações com seu empregador, qualquer que seja o produto agrícola em cuja produção esteja envolvido.

Por outro lado, o fenômeno do êxodo rural e das migrações internas é muito anterior ao crescimento da produção de cana, açúcar e, especialmente, álcool. A transformação, aos olhos do trabalhador, das regiões canvieiras em "Eldorado" é uma deformação que deve ser combatida. Às outras atividades agrícolas devem ser dadas as condições que possibilitem a fixação do trabalhador à terra, interrompendo o fluxo das migrações internas.

Finalmente, tem absoluta razão o professor Roberto Rodrigues quando relaciona a questão do trabalhador rural da atividade canvieira a causas estruturais da economia brasileira. Sem o ataque a essas causas, os problemas verificados em Guariba tendem a se repetir e se ampliar, atingindo todos os setores da economia nacional.

